

## **Atual cenário e perspectivas de crescimento de cadeias produtivas da palma de óleo, do cacau e do açaí serão temas abordados no evento, que ocorre na próxima segunda-feira (28)**

Durante evento, o setor da palma de óleo assinou uma carta pública onde se comprometeu a adotar medidas que promovam o trabalho decente, alinhadas ao conceito previsto pela Organização Internacional do Trabalho

Nesta segunda-feira (28), representantes do setor produtivo, dos trabalhadores, do judiciário e do governo do Estado se reuniram no auditório do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (TRT-8), para debater formas e ações para a promoção de melhores condições de trabalho no agronegócio praticado na Amazônia.

O evento reuniu especialistas na área, que abordaram o assunto em palestras e painéis ao longo de toda a manhã. A palestra de abertura foi proferida pelo secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia do Pará (Sedeme), Adnan Demachki, que apresentou ao público o “Pará 2030”, planejamento estratégico do governo, que deverá guiar a economia paraense pelos próximos 15 anos.

Durante a fala, Demachki ressaltou a iniciativa de reunir, em um mesmo espaço, os diversos atores que formam as cadeias produtivas, para que pudessem discutir o tema de forma franca. “Eu acredito que o único jeito de se construir um momento diferente é de forma colaborativa. É todo mundo que faz parte de algo se dar as mãos e trabalhar juntos para alcançar um objetivo em comum, que é exatamente o que está sendo feito aqui hoje”, disse.

Uma prova do novo momento que o setor agropecuário paraense busca ocorreu justamente durante o evento. O setor produtivo da palma de óleo assinou, por iniciativa própria, uma carta de princípios em que se compromete a adotar medidas que promovam o trabalho decente junto ao setor, de acordo com o que preconiza a Organização Internacional do Trabalho (OIT). “Sabemos que temos muitos problemas, como existem em diversas outras atividades que SÃO desenvolvidas no campo e também as urbanas. Mas demos um importante passo no sentido de lutar contra esses problemas e tornar a cadeia da palma uma referência não só ambiental, mas também social para o mundo”, afirmou o presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Óleo de Palma (Abrapalma), Marcello Brito.

A carta assinada durante o evento é o desdobramento de um amplo mapeamento sobre a realidade local da cadeia produtiva do óleo de palma. O estudo foi encomendado pela Abrapalma e realizado por consultores independentes da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Essa foi a primeira vez que uma cadeia produtiva realizou no Pará, por iniciativa própria, um profundo retrato das condições de trabalho e estabeleceu compromissos para a valorização do trabalho decente e justo entre seus associados. Segundo Daniel Menezes, um dos consultores que elaborou o estudo, a cadeia da palma caminha para se alinhar aos preceitos defendidos pela OIT a nível mundial, cujo principal ponto é promover o diálogo social, integrando o trabalhador nas decisões da empresa. “Além do diálogo social, a carta também prevê outras práticas, que muitas empresas já incorporaram, como garantir a igualdade de gênero no ambiente de trabalho, a segurança e a qualidade da atividade, entre outros”, enumerou.

Para o desembargador do Trabalho do TRT da 8ª Região, Walter Paro, que também é o gestor regional do Programa Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho, a realização do seminário é mais um esforço no sentido de se construir um novo modelo de desenvolvimento para o Estado. “É preciso que haja não só a preocupação econômica, mas também a preocupação social, e é preciso levar isso em conta quando formos gestar nossos planejamentos econômicos”, resumiu.